

URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS

*Erika Alencar de Moura Mendes¹
Joabe Robson Texeira Fonseca²
Maria Josiane de Lima Guedes³
Renan Silva Ferreira⁴
Almir Silveira Menelau⁵*

RESUMO: O objetivo deste estudo destacar considerações ambientais acerca das ações de urbanização de assentamentos precários no Brasil, partindo de uma análise bibliográfica de estudos pré-existentes que tratam da urbanização de assentamentos no país. Utilizou-se uma análise bibliográfica sistematizada, selecionando como fontes livros, artigos e documentos de instituições que abordam a política tratada neste estudo. As intervenções mostraram uma diversidade ambiental regional, de acordo com as peculiaridades e necessidades das regiões no que tange a questões sociais e políticas envolvidas.

Palavras- chave: Assentamentos Precários. Urbanização. Meio Ambiente.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da UFRPE com Especialização em Gestão Estratégica de Pessoas (2012) e graduação em Economia Doméstica pela UFRPE. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pernambuco. Brasil. E-mail: alencar.erika@gmail.com

²Mestrando em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pernambuco. Brasil. E-mail: joabefrt@hotmail.com

³Mestrando em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pernambuco. Brasil. E-mail: josiane.guedes2010@gmail.com

⁴Mestrando em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pernambuco. Brasil. E-mail: renansilvaferreirax@gmail.com

⁵Professor Doutor do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pernambuco. Brasil. E-mail: almirmenelau@yahoo.com.br

SETTLEMENT URBANIZATION IN BRAZIL: ENVIRONMENTAL CONSIDERATIONS

ABSTRACT: The objective of this study is to highlight environmental considerations about the urbanization of precarious settlements in Brazil, starting with a bibliographical analysis of preexisting studies that deal with the urbanization of settlements in the country. A systematized bibliographical analysis was used, selecting as sources sources books, articles and documents of institutions that approach the politics treated in this study. The interventions showed a regional environmental diversity, according to the peculiarities and needs of the regions with regard to the social and political issues involved.

Keywords: Precarious Settlements. Urbanization. Environment.

1 INTRODUÇÃO

Existem inúmeros assentamentos espalhados pelo Brasil. A quantidade e a qualidade dos assentamentos variam muito entre regiões. Em muitos casos, se tornam espelho da desigualdade social existente numa dada região devido à má distribuição de terra. Para amenizar essas discrepâncias originadas por questões fundiárias existe a reforma agrária.

A reforma agrária é o conjunto de medidas que visa promover uma melhor distribuição de terra de acordo com modificações no regime de posse e uso atendendo aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento da produção (INCRA, 2017).

Segundo Girard e Fernandes (2008, p. 78) a reforma agrária é uma necessidade defendida historicamente para resolução dos problemas agrários no Brasil. Nos sucessivos governos do período de 1988 a 2006 as ações de reforma agrária foram baseadas principalmente nas políticas de criação de assentamentos rurais e de concessão de crédito aos camponeses.

Contudo, o crescente surgimento de assentamentos no Brasil gerou preocupações e trouxe a necessidade de políticas habitacionais para intervenção de possíveis danos existentes que comprometeram espaços de preservações ambientais. Assentamentos com tal realidade são denominados de assentamentos precários. Para eles existem políticas e programas com a finalidade de intervir nos problemas causados por eles, como o Programa de urbanização de assentamentos.

Entender o funcionamento das ações de urbanização com o foco ambiental colabora com a inserção de estudos mais direcionados ao meio ambiente ao mesmo tempo que contribui com as reflexões sobre a urbanização. Então, este estudo caracteriza-se como unilateral, ao analisar a urbanização dos assentamentos pelo ângulo das contribuições ambientais. Sendo assim, a proposta deste estudo justifica-se pela relevância do tema, ao tratar de analisá-lo com base nas discussões existentes sobre as intervenções da política, permitindo um olhar mais apurado para questões ambientais.

Desta forma, o objetivo deste estudo destacar considerações ambientais acerca das ações de urbanização de assentamentos precários no Brasil, partindo de uma análise bibliográfica de estudos pré-existentes que tratam da urbanização de assentamentos no país.

Pretende-se com este esboço literário responder o seguinte questionamento: Que considerações ambientais podem ser extraídas através das ações de urbanização de assentamentos no Brasil a partir de estudos sobre a questão?

Sendo assim, o estudo segue com seis seções para reflexão da temática. A primeira traz um esboço da Política Nacional de Habitação e Urbanização seu surgimento e objetivo de forma breve, a segunda seção apresenta um panorama geral da urbanização de assentamentos precários no Brasil e o apoio do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), a terceira seção apresenta a metodologia utilizada, a quarta seção inicia a discussão dos resultados fazendo uma reflexão sobre ações ambientais visualização na intervenção da política em assentamentos dividindo-se em dois momentos: o primeiro com uma análise de ações ambientais em assentamentos de forma geral e o segundo mostrando através de alguns estudos, considerações ambientais destacadas em experiências de proposta e ações de urbanização de assentamentos no Brasil. Por fim, este estudo traz algumas considerações finais a respeito do que foi tratado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

De acordo com o MDA (2004) a história da Política Habitacional no Brasil tem

sido marcada por mudanças na concepção e no modelo de intervenção do poder público no setor que ainda não obteve êxito, especialmente no que se refere ao equacionamento do problema da moradia para a população de baixa renda. Desta forma, em 2003, na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com implementação de algumas mudanças, o Ministério das Cidades passa a ser o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e inserido nela a Política Setorial de Habitação.

O Governo Federal através do Ministério das Cidades formulou a Política Nacional de Habitação (PNH) em 2004 como tentativa de elaborar um novo pacto sócio-territorial diretamente ligado ao combate a carência urbana de habitação que apontava um déficit de 92% de habitações concentradas na faixa de interesse social, população com renda familiar até 3 salários mínimos. Entre os principais componentes dessa Política Nacional, previu a integração urbana dos assentamentos precários com ações de infraestrutura urbana, regularização fundiária e desenvolvimento comunitário, bem como a provisão da moradia vinculada a uma política maior de desenvolvimento social, entre outras diretrizes (FERREIRA; SOBRINHA, 2010, p. 5 e 6).

O Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) nasceu na 1ª Conferência Nacional das Cidades, com a ideia de uma construção democrática sustentável e duradoura, adotando teses que exige uma política nacional orientadora e coordenadora de esforços, planos, ações e investimentos dos vários níveis de governo, bem como do legislativo, judiciário, setor privado e a sociedade civil. Consiste na busca da equidade social, maior eficiência administrativa, ampliação da cidadania, sustentabilidade ambiental e resposta aos direitos das populações vulneráveis: crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, negros e índios. Esta discussão passeia por diretrizes de participação social, programas urbanos, habitação, saneamento, mobilidade, trânsito e outros, conforme Brasil (2004).

Conforme mencionado, a meta central da PNH é garantir à população de baixa renda o acesso à habitação digna, principalmente de forma integrada com a política urbana do município. O principal suporte legal da PNH é a Lei Federal 11.124 de 2005 que criou o Sistema Nacional de Habitação – SNH e suas normas de atuação no país. O SNH prevê a integração do governo Federal, dos Estados e

Municípios com os Bancos, Organizações Não Governamentais (ONGs), Sindicatos e setor produtivo. No plano nacional, divide-se em “habitação de mercado” (voltado para atender a população acima de 03 SM) e “habitação social”.

Com a criação do Ministério das Cidades, a urbanização e integração urbana dos assentamentos precários foi definida como um dos componentes e eixo prioritário da Política Nacional de Habitação.

2.2 URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NO BRASIL

Assentamento Precário é aquele território urbano ocupado fisicamente de maneira não convencional ou com uma ordenação espacial muito peculiar, que não obedeceu à legislação edilícia da cidade, onde é evidente a precariedade das edificações ali construídas. Precariedade entendida como ausência de salubridade e do estado precário de conservação das habitações ali instaladas (RUBIO; ALVIM, 2013).

Vários autores afirmam que os assentamentos precários, particularmente as favelas são decorrentes dos processos de mudança na estrutura social como libertação dos escravos e das mudanças no sistema de produção econômica (KOWARICK, 1993; VILLAÇA, 2001; VALLADARES, 2009).

No Brasil, as favelas e os cortiços podem ser considerados os dois principais tipos de assentamentos precários urbanos (ABREU, 1994; VAZ, 1994; VALLADARES, 2000; PASTERNAK, 2006). A expressão assentamentos precários foi adotada pela nova Política Nacional de Habitação (PNH) para caracterizar o conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda (BRASIL, 2010). Enquadram-se os cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e assemelhados, além dos conjuntos habitacionais degradados.

Segundo Medeiros (2015), os assentamentos precários como *locus* da ocupação do espaço urbano, simbolizam a imagem socioespacial fragmentada da cidade, quando temos por elementos fundamentais as classes de baixa renda sem condições de acesso ao *habitat* urbano qualificado e o Estado como Instituição ausente na promoção dos direitos sociais fundamentais para a vida.

Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, as regulamentações ambientais resumiam-se àquelas relativas à água e florestas, não havia a dimensão

do ambiente urbano, conforme Zuquim (2012), sendo que a partir de 1990 a urbanização de assentamentos precários vai ganhando novas dimensões, principalmente pelas políticas públicas inseridas em torno de questões como o direito à moradia e regularização da posse de terras e invasões - influenciando fortemente para criação de políticas urbanas e habitacionais. A pressão oriunda das movimentações sociais pela luta por moradia, exalou no avanço das políticas de intervenção em assentamentos precários.

Com isso, novos programas de urbanização de favelas começaram a se multiplicar e os municípios que tinham acesso a financiamentos e capacidade de endividamento contraem empréstimos para investimento em programas neste sentido. Alguns exemplos podem ser citados, como os projetos de despoluição da bacia da represa do Guarapiranga (SP/Banco Mundial) e o Favela-Bairro (RJ/BID).

Para promover a urbanização e integração de um assentamento, o município precisa estabelecer parâmetros urbanísticos específicos, definir onde reassentar as famílias em casos de realocação (remoção), contar com instrumentos urbanísticos que permitam promover sua regularização, definir estratégia de participação da população e de integração com outros programas sociais (MONTE-MOR, 1994).

As propostas de sustentação da urbanização de assentamentos precários tem o apoio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para sua execução conforme mostra a figura 1, a seguir. O governo federal, no início do segundo mandato do Governo Lula elaborou o PAC, que na área de saneamento e habitação social encontra-se no âmbito do Ministério das Cidades e tem a proposta de atender as reais necessidades dos assentamentos precários com a melhoria das condições de vida dos moradores minimizando os impactos ambientais (OLIVEIRA; BUENO, 2009).



O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC é um indutor de transformações nas cidades por meio da realização de grandes empreendimentos em assentamentos precários, que proporcionam acesso a serviços urbanos e resgatam a cidadania das famílias residentes nesses territórios (BRAZ, 2010). As obras contratadas no setor de urbanização de assentamentos precários até 2014 somam R\$ 19,1 bilhões, dos quais 83% estão em andamento. Outros R\$ 9,4 bilhões serão investidos em projetos de 383 municípios e 14 estados (PORTAL BRASIL, 2014).

Vieira (2015) pontua alguns avanços como atuação em grandes complexos devido ao forte investimento, abrangência de todas as cidades que concentram o problema, qualificação de equipamentos públicos financiados (escolas, creches e hospitais) promovendo acesso aos serviços às famílias mais vulneráveis, atuação expressiva na mitigação de riscos e impactos ambientais, urbanização como oportunidade de trabalhar famílias em vulnerabilidade, visando sua mobilização, organização, educação ambiental, inclusão produtiva, etc. Por outro lado, a autora reconhece que mesmo diante de resultados positivos ainda existem alguns desafios a serem enfrentados.

Ackermann (2008, p. 45), relata que o problema dos assentamentos precários se agrava nas Áreas de Preservação Permanente já que em algumas capitais brasileiras como “Natal, Recife e São Paulo, mais de 50% dos moradores de favelas estão assentados em Áreas de Preservação Permanente”.

Bueno e Oliveira (2009) afirmam que a localização destas habitações altera e compromete a qualidade ambiental destes espaços, compromete a integridade física

dos moradores e altera a dinâmica natural dos cursos d' águas com impactos em toda cidade já que estes sistemas são complexos e estão todos interligados.

2.3 ASSENTAMENTOS E AÇÕES AMBIENTAIS: NOTAS BREVES

Entende-se que a reforma agrária é o conjunto de medidas que visa promover uma melhor distribuição de terra de acordo com modificações no regime de posse e uso atendendo aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento da produção.

Desta forma, a partir de 2006 o Instituto Nacional de Reforma Agrária- INCRA passou a desenvolver várias ações estruturantes para a incorporação de gestão ambiental no processo de implantação e desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária. A mais expressiva delas foi alteração da Estrutura Regimental do INCRA criando a Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais, com o seu correspondente nas Superintendências Regionais, definindo claramente o locus para o tratamento das ações de meio ambiente e recursos naturais. Ainda neste ano, houve a inclusão no orçamento do INCRA de recursos destinados especificamente ao desenvolvimento de atividades relativas ao cumprimento de condicionantes do licenciamento ambiental, conservação e/ou recuperação de recursos naturais dos Assentamentos, mediante a incorporação da Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais ao PPA 2004-2007 (INCRA, 2008).

Modalidades de assentamentos foram criadas como o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) destinando-se à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis; O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo e atividades de baixo impacto ambiental e o Projeto de Assentamento Agroflorestal (PAF) voltado para região Amazônia, essa modalidade de assentamento é implantada em área de floresta e destina-se aos agricultores que já tenham tido algum tipo de experiência com o extrativismo (INCRA, 2010).

A implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais originou-se da premente necessidade de conservação e/ou recuperação das áreas de preservação permanente e de reserva legal, em grande parte dos

Projetos de Assentamento do território nacional, bem como da necessidade de recuperar as áreas degradadas e cumprir as exigências que são estabelecidas pelos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente durante o processo de licenciamento ambiental (MDA, 2006).

Sendo assim, o cuidado com melhorias na estrutura física e ambiental dos assentamentos remete a uma reflexão sobre políticas e programas que estejam envolvidos nesse processo, cujo objetivo relaciona-se ao acesso à moradia digna, terra urbanizada e ambiente saudável.

4 METODOLOGIA

Como procedimento metodológico, este estudo de caráter qualitativo com pesquisa exploratória visou abordar o objeto de estudo através de uma pesquisa bibliográfica à luz dos conhecimento prévios já existentes. Apoiando-se na afirmação de Gil (2003, p. 41) a pesquisa exploratória tem como objetivo estabelecer uma relação direta com o problema, sendo a análise bibliográfica um instrumento de grande relevância para a construção desse conhecimento científico.

Utilizou-se uma análise bibliográfica sistematizada, selecionando como fontes livros, artigos e documentos de instituições que abordam a política tratada neste estudo. Essas fontes foram essenciais na elaboração dos resultados, visto que a análise foi realizada com destaque das ações ambientais na intervenção da Política de Urbanização de Assentamentos.

Para o alcance do objetivo, foram selecionados estudos prévios que apresentavam respostas para a questão norteadora deste estudo e construção dos resultados, totalizando 5 estudos que atenderam ao objetivo. Sendo assim, a pesquisa bibliográfica esteve presente em todas as etapas.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: REFLEXÃO SOBRE PERSPECTIVAS AMBIENTAIS NA URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS

A sessão anterior finalizou com uma ênfase sobre efeitos dos assentamentos precários ao meio ambiente, portanto, dando prosseguimento, se inicia uma reflexão em torno da relação entre a urbanização de assentamentos e o meio ambiente em

dois momentos. Num primeiro momento será apresentado uma visão geral sobre a questão ambiental nos assentamentos e, num segundo momento será desenvolvido considerações ambientais a respeito das ações de urbanização de assentamentos em algumas regiões no Brasil. Para tanto, existem documentos e estudos que analisam a ação urbana em assentamentos nas regiões e estados brasileiros, desta forma, será realizado uma análise a partir dos estudos existentes.

5.1 URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS E O MEIO AMBIENTE

A Sessão Temática reuniu alguns estudos que apresentam um conjunto de reflexões acerca de algumas intervenções realizadas em estados brasileiros localizados em regiões distintas do ponto de vista ambiental.

Cardoso (2007) em seu esboço identifica três modelos básicos de intervenção em assentamentos precários: urbanização, reurbanização e remoção. Segundo ele a urbanização é uma intervenção que não modifica a estrutura dos assentamentos, apenas coloca infraestrutura e pavimentação; a reurbanização refaz completamente a estrutura do assentamento, refazendo o parcelamento e reassentando as famílias na mesma área; já a remoção implica a retirada da população e seu reassentamento em outra área sendo este tipo de intervenção apropriado quando o assentamento ocupar uma área de risco irrecuperável ou uma área de preservação ambiental.

No Rio de Janeiro, por existir um número expressivo de favelas é possível encontrar vários estudos e relatórios acerca de ações de urbanização de assentamentos. Brasil/Mcidades (2010) aponta uma experiência de urbanização no Complexo do Alemão, um bairro-favela da Zona Norte do Rio de Janeiro constituído por um conjunto de 12 favelas. O bairro desenvolveu-se sobre a serra da Misericórdia, uma formação geológica de morros e nascentes naturais, quase toda destruída pela construção do Complexo. A intervenção aponta para melhorias na caracterização, transporte, infraestrutura e segurança. É na infraestrutura que abrange questões ambientais como implementação de redes de água, esgoto e drenagem, contenção de encostas e pavimentação de vias. Existe também a proposta de áreas degradadas.

No exemplo citado, embora tenha sido uma proposta em andamento, é perceptível a preocupação com a questão ambiental por tratar-se de uma área que

outrora possuía riquezas naturais que foram degradadas.

Denaldi (2004) mostra a situação de Santo André/SP onde a maioria da população de baixa renda reside em favelas. A autora ressalta que a exclusão ambiental é apenas uma das dimensões da exclusão que é um todo. Como estratégia de combate à exclusão social o governo municipal lançou em 1997 o Programa Santo André Mais Igual (Sami) dentro do qual estava inserido a urbanização de favelas.

Cardoso e Cruz (2015) desenvolveram um trabalho que apresenta resultados de um projeto de pesquisa sobre indicadores de avaliação do PAC na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova em Belém/PA. Segundo os autores o processo de periferização em Belém é evidenciado pela construção de conjuntos habitacionais e pelo crescimento de ocupações de novas áreas de forma irregular em relação à situação fundiária. No Pará a urbanização iniciou em 2008 e ao todo já foram executados 29 projetos pelo governo Estado com construção e reforma de mais de 4 mil moradias, urbanização e iluminação de áreas públicas, construção de redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, regularização fundiária e execução de projetos sociais de educação sanitária e ambiental.

Por fim, em Osasco/SP a urbanização da Favela Colinas D'Oeste no Morro do Socó, conforme explica Alvim et al. (2015) compreende ações de implantação de infraestrutura de saneamento básico; de reconfiguração do sistema viário e de circulação que não só viabilize o acesso e a mobilidade de seus moradores, mas que também transforme o desenho urbano de seu território; de erradicação de áreas de riscos geotécnicos e de inundação; de construção de novas moradias e adequação daquelas precárias; e de recuperação ambiental através do tratamento paisagístico, do reflorestamento, do tratamento e recuperação das APPs dos cursos d'água a serem preservados além da implantação de equipamentos públicos: uma Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental - EMEIEF Colinas D'Oeste e um centro Comunitário. Neste caso a prioridade é dada à provisão habitacional frente a reconfiguração da paisagem e à necessidade de reassentamento das famílias.

5.1.1 Discussão dos Resultados

Aproveitando os estudos já mencionados na análise da seção, mostrar-se-á a partir de então, um quadro sintetizando os estudos utilizados e o objetivo de cada, apresentando uma discussão com observações reflexivas sob a ótica do objetivo deste trabalho.

Estudos encontrados	Objetivos	Observações
Rosana Denaldi (2004)	Trata da experiência de urbanização de favelas no município de Santo André/ SP	O Programa não alcançou avanços significativos
Cardoso (2007)	Avaliar a experiência brasileira em urbanização de favelas tomando como base a pesquisa desenvolvida em 6 metrópoles brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Belém),	A experiência brasileira em urbanização de favelas, no período recente, apresenta fortes inovações e tem buscado responder, da forma mais adequada, ao desafio de reconhecer as áreas informais, buscando sua reabilitação física e a sua integração mais efetiva com a cidade formal.
Brasil/MCidades (2010)	Mostrar uma experiência de urbanização no Complexo Alemão - RJ	A intervenção resultou em melhorias na caracterização, transporte, infraestrutura e segurança
Cardoso e Cruz (2015)	Apresenta uma elaboração de indicadores para avaliação e monitoramento das metamorfoses na configuração territorial e dos impactos socioeconômicos produzidos pelo PAC no cotidiano dos moradores	Aponta-se que o PAC e o Minha casa Minha Vida estão longe de se constituírem em ações capazes de reverterem o quadro de exclusão da maioria da população que não tem acesso a moradia
Alvim et al. (2015)	Traz um breve relato de pesquisa em andamento que busca identificar as principais características dos processos de projetos de urbanização de assentamentos precários, localizados em áreas de preservação permanente	A análise permitiu evidenciar os obstáculos e potencialidades dos projetos, elencando aquelas que possam ser referência no enfrentamento da questão.

O quadro apresenta em síntese os trabalhos que foram estudados no intuito de extrair informações ambientais nessas ações das políticas de intervenção.

Compreende-se que a existência desses programas de urbanização são

resultados da grande proporção que se tornou no Brasil sobre a questão das ocupações urbanas. Referente a isso, Maricato (2003, p. 157) considera:

É notável a tolerância que o Estado brasileiro têm manifestado em relação às ocupações ilegais de terra urbana. Esse processo é significativo em suas dimensões, se levarmos em conta, especialmente, a grande massa de migrantes que rumou para as cidades neste século e que se instalou ilegalmente, já que não teve acesso ao mercado imobiliário privado e nem foi atendida pelas políticas públicas de habitação. Aparentemente constata-se que é admitido o direito à ocupação mas não o direito à cidade (Maricato, 2003, p. 157).

Desta forma, podemos refletir que houveram diversas ações e políticas públicas desencadeadas das reivindicações sociais, que a cada momento se consolidam e criam diversas forças nas mais variadas esferas, potencializando o direito à moradia - direito este que ainda não é totalmente usufruído por todos, mas as ações governamentais e não governamentais propõem atividades que realmente realçam a redução desta disparidade político-social entre o direito e a realidade das sociedades.

Apesar destas políticas se construírem no intuito de minimizar disparidades, há muito a ser desenvolvido nesta temática. A questão da urbanização sob os autores mencionados transparece que o empirismo se aproxima da teoria, e que muitos atores fazem mover o que chamamos deste fenômeno da urbanização, que acarreta em questões de mobilidade, saneamento - um ponto altamente ligado à saúde, infraestrutura, segurança e outros aspectos que motivam a qualidade de vida da população. Outrossim temos o aspecto ambiental, que diante dos relatos e experiências trazidos sob os resultados destes autores provocam esta análise de interligação entre todos estes fatores, e o meio ambiente em que estamos inseridos estão em constante transformação e os recursos se mostram sempre escassos e as necessidades cada vez mais tomadas e limitadas, causando disparidades, manifestos e desconforto político-social.

O meio não é considerado um aspecto apenas no tocante à preservação ambiental, mas também todo um envolvimento de saúde, qualidade de vida e sustentabilidade. Ou seja, podemos citar que ações precisam ser geradas em função de um procedimento sustentado na apropriação adequada do território, bem como na intermediação de infraestrutura saudável para as próximas gerações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou uma análise da realidade dos assentamentos no Brasil e a consequente urbanização de assentamentos precários através de um olhar ambiental apresentando estudos com dados das ações de urbanização de assentamentos no Brasil. As intervenções mostraram uma diversidade ambiental regional, de acordo com as peculiaridades e necessidades das regiões no que tange a questões sociais e políticas envolvidas.

O presente estudo permitiu evidenciar reflexões em que a questão ambiental está presente na intervenção em todos os estudos apresentados, alguns de forma mais objetiva e outros enraizado indiretamente em ações de infraestrutura, contudo é possível afirmar que existem preocupações ambientais tanto no planejamento quanto na execução das intervenções.

Outras considerações significativas podem ser feitas como perceber que a falta de estrutura para os assentamentos são prejudiciais ao meio ambiente e a proposta de urbanização surge para amenizar esta realidade - desta maneira, nota-se que este projeto contempla recursos e procedimentos agregando ao cotidiano destas regiões uma melhoria na qualidade de vida de uma forma geral apesar de reconhecer que os efeitos de uma urbanização também produzem impactos ambientais, uma vez que, outrora não foram analisados neste estudo mas podem ser analisados posteriormente.

Esta breve análise realizada neste estudo desencadeia várias reflexões acerca dos impactos da urbanização nos assentamentos precários ao ambiente, questões estas que não foram contempladas em sua totalidade neste presente trabalho, como os efeitos da urbanização ao meio ambiente, o que endossa a limitação deste trabalho, mas permite tornar crescente as discussões para continuidade desta temática, ocasionando em estudos aprofundados no tocante aos assentamentos em várias regiões do país, e a relação com a realidade das comunidades.

REFERÊNCIAS

ACKERMANN, Marcio. **A Cidade e o código florestal**. São Paulo: Ed. Plêiade, 2008.

ABREU, M. A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço & Debates**. 1994

ALVIM, Angelica Tanus Benatti et al. Meio ambiente, urbanização e assentamentos precários: desafios para os projetos urbanos contemporâneos no Brasil. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EN URBANISMO; 7. Barcelona-Montevideo, jun. 2015. **Anais...** Barcelona: DUOT, 2015. Disponível em: <http://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/81332/120MVD_AlvimAngelica.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 26 dez. 2016

BRASIL. **Guia para o mapeamento e caracterização de assentamentos precários**. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação Brasília: Ministério das Cidades, 2010. Disponível em: <http://antigo.sst.sc.gov.br/arquivos/id_submenu/230/mapeamento_ass_precarios.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2016.

BRASIL/MCidades. **Urbanização de Favelas**: a experiência do PAC. Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.intt.gob.ve/repositorio/biblioteca/texto_relacionados/PAC%20Urbanizaci on%20de%20Favelas_Web.pdf>. Acesso em 26 dez. 2016

_____. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Brasília, 2004. Disponível em <http://www.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/1Politica NacionalDesenvolvimentoUrbano.pdf> Acesso em 22 maio 2017.

BRAZ, Emmanuel Carlos de Araújo. **Avaliação das obras do PAC a partir do "modelo lógico do projeto"**. Desafios do Desenvolvimento. Edição 63. Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1118:catid=28&Itemid=23> Acesso em 26 dez. 2016

CARDOSO, Adauto Lucio. Urbanização de favelas no Brasil: revendo a experiência e pensando os desafios. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL; 12. 2007. **Anais...** Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2992>>. Acesso em 26 dez. 2016

CARDOSO, W. de S.; CRUZ, S. H. R. Programa Aceleração de Crescimento (PAC) e Urbanização de Assentamentos Precários: alguns indicadores da intervenção urbanística na Bacia da Estrada Nova em Belém (PA). JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS; 7. **Anais...** 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo11/programa-aceleracao-de-crescimento--pac--e-urbanizacao-de-assentamentos-precarios-alguns-indicadores-da-intervencao-urbanistica-na-bacia-da-estrada-nova-em-bel.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2016

DENALDI, Rosana. Santo André: urbanização de favelas e inclusão social. **Ambiente Construído**, v. 4, n. 4. 2004. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/3569/1969>>. Acesso em: 26 dez. 2016

FERREIRA, G. D.; SOBRINHA, M. D. P. B. PAC Habitação e Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: notas para monitoramento e pesquisa na RMnatal. In: **Anais do Seminário Nacional de governança urbana e desenvolvimento Metropolitano**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte/Natal, 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/seminariogovernanca/cdrom/ST12_Glenda.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, M. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Revista Agrária**. São Paulo, n. 8. p.73-98.: 2008

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Reforma Agrária**. 2017. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reformaagraria>> Acesso em: 20 fev. 2017

_____. **Pesquisa afirma que a reforma agrária é instrumento de combate a pobreza**. Jornal Incra. Dez. 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/jornal_incra_27_01_2011.pdf> Acesso em: 19 dez. 2016

_____. **Plano de Ação Ambiental do Incra**. Brasília: 2008. Disponível em: <http://portalantigo.incra.gov.br/images/phocadownload/reforma_agraria/projetos_e_programas/gestao_ambiental/plano_acao_ambiental_v11dez2008.pdf> Acesso em: 19 dez. 2016.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1993

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, Legislação e Desigualdade. **Revista Estudos Avançados**. v. 17. n. 48. 2003.

MEDEIROS, Wesley S. Dilemas Intersetoriais do PAC Urbanização de Assentamentos Precários. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**. FAFIBE: São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/71>>. Acesso em: 22 dez. 2016

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de ; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **TerritÓrio**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1994. p.169-181

MDA. Política Nacional de Habitação. **Cadernos MCidades**, 4. 2004. Disponível em: <<http://www.seplan.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/Conf.%20Cidades/ministerio/4Pol%C3%ADticaNacionalHabitacao.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2016

MDA/INCRA. **Manual para elaboração e implantação de projetos de recuperação e conservação de cursos naturais em assentamentos da reforma agrária**. Distrito Federal: 2006. Disponível em: <http://portalantigo.incra.gov.br/images/phocadownload/reforma_agraria/projetos_e_programas/gestao_ambiental/manual_de_recuperacao_ambiental_de_assentamentos.pdf>. Acesso em 19 dez. 2016

OLIVEIRA, Giovana O. de; BUENO, Laura M. de. Assentamentos Precários em áreas ambientalmente sensíveis. **Revistas Arquitextos**. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.114/9>>. Acesso em: 22 dez. 2016

PASTERNAK, S. São Paulo e suas favelas. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, 2006.

PORTAL BRASIL. **PAC 2 destina R\$ 19 bilhões para urbanização de assentamentos precários**. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2011/07/pac-2-destina-r-19-bilhoes-para-urbanizacao-de-assentamentos-precarios>>. Acesso em: 22 dez. 2014

RUBIO, Viviane Manzione; ALVIM, Angélica T. Benalti. Projeto de Urbanização de Assentamento Precários no Rio de Janeiro e São Paulo: Um instrumento de construção de cidade. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/Nitron/Downloads/7143-29188-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Nitron/Downloads/7143-29188-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 22 dez. 2016

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela: Do mito de origem à favela.com**. 3.r. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

_____. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000300001>> Acesso em: 26 dez. 2016

VAZ, L. F. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**, 1994.

VIEIRA, Alessandra D'Avila. **PAC Urbanização de assentamentos**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.housingfinance2015.org/fileadmin/2015/Presentations/5_4_Alessandra_DAvila.pdf>. Acesso em 26 dez. 2016.

VILLAÇA, F. **Espaço Intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

ZUQUIM, Maria de Lourdes. Urbanização de assentamentos precários no município de São Paulo: quem ganha e quem perde?. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO; 2.. **Anais...** Natal-RN, set. 2012.

Artigo recebido em: 05/04/2017

Artigo aprovado em: 22/10/2017

Artigo publicado em: 19/12/2017